

ANÁLISE DE BALANÇOS NO SETOR PÚBLICO

Pedro Onofre Fernandes
Mestre em Administração Contábil-Financeira
Professor da FACE/UFMG

*Apresentamos neste trabalho
alguns argumentos que buscam demonstrar
em que consiste a Análise de Balanços
e a sua importância para o setor público.*

*Discorreremos sobre os principais
métodos tradicionais de análise
e justificamos a possibilidade
e conveniência de sua aplicação*

*aos dados oriundos
da Contabilidade Pública.*

*Buscamos mostrar
que a Análise de Balanços no setor público
pode ter tal ou maior utilidade
que a apresentada hoje
no setor privado.*

1 INTRODUÇÃO

A cada dia a contabilidade ganha maior importância como fonte de dados. Esses dados terão maior utilidade em função da capacidade do usuário em transformá-los em informações e, então, dar a devida interpretação a essas informações.

A metodologia adequada a esse processo está inserida no campo da ciência contábil com a denominação genérica de *análise de balanços*.

Balanço é uma palavra oriunda do latim *bis lanx*, que significa *dos dois lados*, representado pelos pratos de uma balança, onde se observa uma compensação entre os pesos que se colocam de um lado, e o objeto que se queira medir do outro, buscando o equilíbrio.

Embora a denominação específica, a metodologia hoje aplicada não se restringe ao balanço, e sim abrange todos os relatórios oriundos da contabilidade.

A análise de balanços surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário. Seu início remonta ao final do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos.

No Brasil, somente a partir da década de 70 a análise de balanços começou a ser aplicada de forma mais consistente e mesmo assim, restrita a determinados segmentos.

A análise de balanços surgiu por motivos eminentemente práticos e mostrou-se desde logo instrumento de grande utilidade. No setor público, todavia, seu uso é incipiente e a própria metodologia encontra-se ainda em fase inicial de adaptação e desenvolvimento derivada do setor privado.

Neste trabalho procuramos apresentar algumas considerações de natureza teórica que dão suporte à análise de balanços no setor público.

A partir do arcabouço teórico de análise aplicado às organizações privadas, entendemos ser possível desenvolver processos específicos que possibilitem interpretar e analisar informações extraídas dos relatórios preparados pela Contabilidade Governamental.

Embora *análise de balanços* refira-se a todos os demonstrativos contábeis, neste trabalho usaremos preferencialmente o termo *análise de demonstrações contábeis*.

2 A ENTIDADE VISTA COMO UM SISTEMA

O desenvolvimento do conhecimento humano, além de exigir contínua especialização, acaba por provocar também crescente necessidade de gente capaz de relacionar as partes com o todo: generalistas ou analistas de sistemas, capazes de sintetizar complexidades.

A entidade – pública ou privada- deve ser considerada como algo mais que meros componentes reunidos de forma estática, através de uma estrutura de organização. É necessário conceituá-la como um sistema de partes estreitamente relacionadas, com fluidez dinâmica. Há que se buscar uma síntese entre as diversas funções e também entre o ambiente interno e externo da entidade.

Considera-se sistema um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo. O sistema aberto pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo orientado para determinados fins e em permanente relação de interdependência com o ambiente externo.

Uma das implicações básicas da visão da entidade como um sistema aberto é de que o ambiente em que ela vive é essencialmente dinâmico, fazendo com que um sistema organizacional, para sobreviver, tenha de responder eficazmente às pressões exercidas pelas mudanças contínuas e rápidas do ambiente. O administrador de uma postura conservadora (para que mudar, se sempre foi assim?) é levado inevitavelmente a uma postura de agente de mudança.

3 A CONTABILIDADE COMO FONTE DE DADOS

Entende-se a contabilidade como uma ciência capaz de produzir, com oportunidade e fidedignidade, relatórios que sirvam à administração no processo de tomada de decisões e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade.

Qualquer empreendimento com finalidade lucrativa ou entidade que preste serviços sociais à coletividade constitui o campo de aplicação da contabilidade.

Aplicando seus fundamentos teóricos (postulados, princípios, convenções, normas, procedimentos, métodos e técnicas), a contabilidade cumpre a função de registrar e controlar o patrimônio que se modifica em virtude, principalmente, da atividade econômica ou social que a entidade exerce no contexto da economia.

A contabilidade, como sistema de medição utiliza a moeda. Ao contrário do que se imagina, os fatos administrativos, em termos de quantificação monetária, não são precisos; são meras aproximações do valor exato. As razões são várias, as quais nos abstermos de transcrever. Entretanto, é relevante sua utilidade como meio de comunicação e orientação para a tomada de decisão nos diversos níveis administrativos.

A informação qualitativa é mais difícil de ser avaliada, pois envolve vários julgamentos extremamente subjetivos. Todavia, a contabilidade, na medida do possível, apresenta esse tipo de informação através de notas explicativas e relatórios que acompanham as demonstrações contábeis.

Apesar das limitações, a contabilidade assume importância vital como instrumento de comunicação de dados e informações monetárias, permitindo a avaliação do desenvolvimento da atividade econômica, dos objetivos e metas previamente fixados pela administração.

O sistema de informações contábeis deve resultar, portanto, das normas, procedimentos e práticas dirigidos à coleta, classificação, registro, acumulação, resumo, medição e interpretação dos fatos administrativos que afetam a composição e o montante do patrimônio, seja ele público ou privado.

4 CONTABILIDADE PÚBLICA: CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO

Contabilidade pública é a ciência que estuda, orienta, controla e demonstra a programação orçamentária e a sua execução, a movimentação patrimonial e financeira e a formação do resultado que integram o conteúdo para a tomada de contas dos responsáveis por bens e valores públicos (CRUZ, 1988).

A contabilidade (pública) evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetivem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados (Art. 83, Lei 4.320/64).

A contabilidade pública teve origem, no Brasil, a partir da sua dominação pelos portugueses com o Conselho Ultramarino e com o Conselho da Fazenda. Em Minas Gerais, já em meados do Século XVIII (quando o ciclo do ouro vivia seu apogeu) praticava-se escriturações contábeis do melhor nível, inclusive adotando métodos que na Europa só posteriormente seriam objeto de publicações.

Porém, de forma ordenada, foi a partir de 28/06/1808 que tivemos um *Alvará* determinante dos controles da coisa pública. Esse *Alvará* estabeleceu as normas contábeis aplicando inclusive o método das partidas dobradas para controlar as operações realizadas. Foi D. Fernando José de Portugal que encaminhou para a aprovação de D. João VI este documento histórico que entre dizes, incluía:

“Para que o método de escrituração e fórmulas de contabilidade da minha Real Fazenda não fique arbitrário, e sujeito à maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido a criar para o referido Erário: ordeno que a escrituração seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes somas como, por ser a mais clara, e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores”.

Com a crise do café surgiu a necessidade de reorganização da contabilidade. Em 1905, no Es-

tado de São Paulo, Carlos de Carvalho realizou a reforma do sistema contábil do Tesouro. Esse trabalho teve boa aceitação e foi, posteriormente, imitado por outros Estados brasileiros.

Com a necessidade de captação de recursos externos, no ano de 1914, surge o balanço de ativo e passivo da União e a organização da contabilidade do Tesouro. Contudo, somente em 1922, pelo Decreto 4.536 foi que se criou a Contadoria Central da República. Naquele ano surgiu também o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, ainda hoje vigente.

A União, os Estados e os Municípios tiveram, através da Lei 4.320/64, padronização na contabilização das operações e a normatização precisa da dinâmica patrimonial pública.

Em 1967, com o decreto-lei 200, a União passa a intervir acentuadamente na economia brasileira e suas atividades são gradativamente diversificadas. Rapidamente, Estados e Municípios a imitam. É extinta a Contadoria Central da República e em seu lugar surge a Inspeção Geral de Finanças.

Como se vê a Contabilidade Pública, hoje mais apropriadamente chamada de Contabilidade Governamental, teve sua origem na Contabilidade Comercial, ou seja, o ramo da Contabilidade que se aplica às empresas.

Entretanto, como os objetivos da Contabilidade Governamental e da Contabilidade Empresarial são evidentemente distintos, os procedimentos e principalmente os resultados obtidos foram se distanciando.

Enquanto a Contabilidade Empresarial se esmera na apuração do resultado (lucro/prejuízo), a Contabilidade Governamental procura estudar a atividade financeira do Estado, compreendendo o estudo da receita, da despesa, do orçamento e do crédito público, e ainda executa a análise do fluxo financeiro dos recursos indispensáveis à satisfação das necessidades e ao desenvolvimento do estado.

A diferença fundamental básica está no fato de que a Contabilidade Governamental é dotada de um sistema de acompanhamento da execução orçamentária nela integrado.

Nenhuma diferença existe entre esses ramos da Contabilidade em termos de instrumental utilizado para processamento dos registros e obtenção de dados.

Entretanto, uma das funções básicas da Ciência Contábil, que é gerar informações capazes de propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, não foi valorizada pela administração pública até muito recentemente.

Observa-se, contudo, ultimamente, a busca de uma proximidade maior entre os objetivos da Contabilidade Governamental e Contabilidade Empresarial, com uma maior valorização da informação contábil por parte do setor público como auxílio ao processo decisório.

A Contabilidade é um instrumento que pode proporcionar à Administração as informações e controles necessários à melhor condução dos negócios públicos. Isto quer dizer que a Contabilidade Governamental deve abastecer de informações todo o processo de planejamento e orçamentação e, em especial, as etapas que compõem o ciclo orçamentário, quais sejam: a elaboração, estudo e aprovação, execução, controle e avaliação dos resultados auferidos pela gestão realizada. Mas não é tudo.

A Contabilidade Governamental deve ser, ainda, um instrumento de registro, controle, análise e interpretação de todos os atos e fatos administrativos contribuindo para uma administração eficaz nos diversos níveis de governo.

5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre os diversos objetivos da contabilidade, provavelmente o mais importante seja o de gerar informações sobre o patrimônio administrado. O meio de comunicação dessas informações (mais dados que informações) é através dos demonstrativos contábeis.

Tais relatórios têm formas diferenciadas devido a características próprias do patrimônio a que se referem. No presente trabalho nos interessam conhecer os demonstrativos próprios da área pública.

Segundo a Lei 4.320/64, os demonstrativos contábeis a serem elaborados na área pública estão discriminados no Art. 101, que diz:

“Artigo 101 – Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos nºs. 12, 13, 14 e 15, e os quadros e demonstra-

tivos constantes dos anexos nºs. 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17”.

O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (Art. 102, Lei 4.320/64).

O BALANÇO FINANCEIRO demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte (Art. 103, Lei 4.320/64).

O BALANÇO PATRIMONIAL demonstrará o Ativo financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação (Art. 105, Lei 4.320/64).

A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS evidenciará as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (Art. 104, Lei 4.320/64).

6 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade não se resume ao registro dos fatos contábeis, que é função da escrituração. As funções contábeis vão além do simples registro dos fatos, procurando suas causas e dando-lhes interpretação. A determinação das causas dos fenômenos patrimoniais é função de análise. Conhecidas essas causas podemos dar interpretação aos fatos.

A análise dos demonstrativos contábeis é uma técnica contábil que visa fornecer elementos para que se realize a interpretação dos fenômenos patrimoniais. Analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes.

Em nossos dias, o estudo do fenômeno contábil é realizado observando-se a sua dinâmica. Portanto, quando realizamos a análise de relatórios contábeis devemos observar os fatos que concorreram para a formação daquela estrutura e que também poderão advir dela, uma vez que não podemos admitir que o patrimônio tenha se estagnado a partir do levantamento daqueles dados.

Quando realizamos trabalhos de análise que visem a possibilitar julgamentos concretos e decisivos sobre as situações patrimoniais, devemos utilizar a análise interna, isto é, a que pesquisa por meio dos registros a dinâmica dos fatos.

A análise externa fica prejudicada uma vez que os relatórios contábeis destinados ao público externo, em geral, apresentam apenas saldos e estes não são, senão, a expressão em valor de um fato ou de uma série de fatos.

Analisar algo significa decompor esse algo em suas partes constituintes, para mediante o exame de cada parte conhecer melhor o todo.

As demonstrações contábeis procuram refletir a situação de um determinado patrimônio e suas variações num certo espaço de tempo.

A análise de balanços consiste no estudo pormenorizado dos diversos elementos que constituem esse determinado patrimônio no sentido de melhor conhecê-lo.

7 REESTRUTURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PARA ANÁLISE

Antes de se iniciar a análise, as demonstrações contábeis devem ser cuidadosamente examinadas. Esse exame consiste numa crítica às contas das demonstrações, bem como na transcrição delas para um *modelo* previamente definido. A esta atividade dá-se o nome de *padronização* ou *reestruturação* das demonstrações para efeito de análise.

Os objetivos básicos da reestruturação são:

- simplificação;
- comparabilidade;
- adequação aos objetivos da análise;
- precisão nas classificações de contas;
- descoberta de erros;
- intimidade do analista com as demonstrações contábeis.

Na área pública tal reestruturação se reveste da maior importância porque a estrutura dos demonstrativos, conforme exige a lei, não é apropriada para análise. Os demonstrativos normalmente não refletem adequadamente aqueles

elementos a que se destinam representar. Assim, o analista deve, antes de tudo, adequar os dados de maneira a poder melhor trabalhar com os mesmos.

A diretriz básica a ser seguida quando da reestruturação de qualquer demonstrativo é atentar-se ao seu objetivo. Vamos perguntar quão bem aquela estrutura atende ao objetivo proposto. Ao reestruturar um demonstrativo vamos buscar adequar os seus dados de forma que ele possa melhor informar aquilo que se propôs informar.

8 PROCESSOS DE ANÁLISE

Por análise dos fenômenos patrimoniais, entende-se não apenas a decomposição dos componentes do patrimônio e suas variações, mas também a comparação das partes com o conjunto e também entre si, para que se lhe dê a necessária interpretação. Daí os seguintes processos de análise:

- 1) Determinação da porcentagem de cada conta ou grupo de contas em relação ao seu conjunto (Análise Vertical).
- 2) Comparação entre componentes do conjunto de sucessivos períodos (Análise Horizontal).
- 3) Estabelecimento da relação entre componentes do conjunto (Índices).
- 4) Comparação entre componentes de diferentes conjuntos para determinação de padrões.

9 ANÁLISE VERTICAL (de Estrutura)

A Análise Vertical (AV) ou de Estrutura é o processo que objetiva a medição percentual de cada componente em relação ao total de que faz parte.

A proporção de cada parte em relação ao total é definida mediante aplicação da regra de três simples.

A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais fornecendo assim idéia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial.

É importante saber a porcentagem de cada grupo em relação ao total pois, através dessa análise, podemos aquilatar se há excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou de disponibilidades, excesso de determinada despesa etc.

10 ANÁLISE HORIZONTAL (de Evolução)

A Análise Horizontal (AH) de demonstrativos contábeis corresponde ao estudo das variações ocorridas, em períodos de tempos consecutivos nos itens que compõem esses demonstrativos.

Adota-se o índice 100 (cem) como representativo dos valores monetários do ano que serve para confronto com os valores dos demais períodos.

Pela regra de três simples calcula-se os índices correspondentes aos períodos que serão confrontados com o período-base.

Dependendo da utilidade, face ao objetivo da análise, pode-se calcular a AH alternada, ou seja, considerando-se o ano imediatamente anterior como base.

Esse tipo de análise tem por objetivo à apreciação da evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado, numa determinada série de exercícios. Presta-se, também, à análise prospectiva do patrimônio ou de resultado no horizonte temporal, permitindo a avaliação das perspectivas econômicas e financeiras da entidade.

A razão principal da utilização de números-índices nesse tipo de análise é a facilidade que esse sistema proporciona para a observação do crescimento dos saldos das contas componentes dos demonstrativos.

A inflação prejudica a comparação de balanços sucessivos. Para obter conclusões adequadas da AH é necessário eliminar as variações devidas à inflação, o que poderá ser feito convertendo-se todos os valores à moeda de uma mesma data. Normalmente corrigem-se os valores dos demonstrativos para a moeda do último exercício, pois, por estar este mais próximo da data das análises, proporciona melhor noção dos valores de demonstrativos anteriores em termos de seu significado no presente.

11 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

A análise de relatórios contábeis encontra seu ponto mais importante, no cálculo e avaliação do significado de quocientes, relacionando itens e grupos dos demonstrativos entre si.

O uso de quociente tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que

retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para avaliar o presente e inferir o que poderá acontecer no futuro.

Um índice ou quociente é simplesmente o resultado da relação de dois dados.

Existe uma possibilidade enorme de cálculo de índices. Algumas relações, no entanto, têm pouca ou nenhuma utilidade como fonte de informação. A escolha dos índices adequados face ao objetivo da análise é fator primordial para que esta seja bem sucedida.

Na área pública, o uso de índices como fonte de informação é incipiente e sua aplicação, quando ocorre, acontece de forma fragmentada e descontínua. Sob o ponto de vista teórico, não se desenvolveu ainda, uma metodologia própria para esse segmento.

Entretanto, a metodologia de análise tradicional, aplica-se com muita utilidade na área pública, necessitando apenas de alguns ajustes face aos diferentes objetivos do setor público e privado.

12 DETERMINAÇÃO DE PADRÕES

Os índices-padrão constituem assunto de grande significação em análise de balanços. Entretanto, na área pública, ainda não se desenvolveu metodologia própria para o cálculo desse tipo de índices.

O índice-padrão é aquele que com maior freqüência se apresenta nos demonstrativos de entidades similares.

A utilização de índices-padrão permite avaliar os índices de uma determinada entidade, em relação aos de outras entidades.

O cálculo para determinação de padrões apresenta várias dificuldades, entretanto, no setor público, alternativamente, pode-se obter bons resultados, comparando-se os índices de entidades ou órgãos similares: Estado analisado com Estados de mesmo porte; Prefeitura analisada com Prefeituras de mesmo porte e região e assim por diante.

13 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

Ao buscar a interpretação de informações relacionadas a um determinado patrimônio, em verdade, estamos procurando conhecer aspectos

específicos sobre esse patrimônio, culminando com uma avaliação global de quão bem esse patrimônio está sendo utilizado para a consecução de seus objetivos.

Assim, vemos dois caminhos alternativos ou complementares no que se refere ao desenvolvimento da análise:

- de acordo com o objetivo de cada demonstração;
- conforme o assunto enfocado.

A análise a partir do objetivo de cada demonstração nos leva a identificar a função da demonstração. Até que ponto o objetivo da demonstração é atendido. Quais as limitações da demonstração e por fim, a interpretação das informações obtidas a partir dos dados nela contidos.

Para a obtenção das informações a partir dos dados aplica-se os métodos tradicionais de análise, ou seja, análise de evolução (horizontal), análise de estrutura (vertical) e análise através de índices.

A análise desenvolvida conforme o assunto enfocado consiste na identificação dos pontos de interesse para análise, p. ex. capacidade de pagamento, endividamento etc. Uma vez definidos os pontos de interesse, buscamos nas demonstrações, os dados capazes de nos subsidiar no processo de formulação de nossa opinião.

A transformação dos dados em informações ocorre mediante a aplicação dos métodos tradicionais já citados.

Naturalmente, que os dois caminhos podem ser percorridos simultaneamente num mesmo processo de análise. Primeiro, faz-se a apreciação das demonstrações e depois então, avalia-se os pontos específicos de interesse.

14 RESULTADO SOCIAL: É POSSÍVEL MENSURAR?

No setor privado a avaliação dos resultados obtidos no negócio é tarefa relativamente simples, uma vez que os gastos estão diretamente relacionados com as receitas. Assim, a despesa é a quantificação do esforço despendido para a obtenção da receita.

No setor público, ao contrário, a receita não tem nenhuma vinculação com a despesa. A despe-

sa, por sua vez, é aplicada com o fito de se buscar benefícios de natureza social.

A avaliação da eficiência com que esses recursos foram gastos e a eficácia na consecução dos benefícios por eles gerados deve ser feita a partir da quantificação do resultado social.

Quando se fala em avaliação do resultado social, a tendência natural – principalmente advinda de nossos administradores públicos – é utilizar-se de parâmetros totalmente subjetivos, embora mensurados quantitativamente: criou-se tantos mil empregos diretos e outros tantos mil indiretos; a incidência de tal doença reduziu-se em tantos por cento, etc.

Existe uma resistência natural a modelos quantitativos para mensuração do resultado social. Entretanto, embora a avaliação, aqui, se prenda a aspectos subjetivos, e portanto, de natureza qualitativa, medidas quantitativas devem ser aferidas.

A avaliação do resultado social é a medida de como a entidade ou o órgão desenvolve a sua atividade-fim. São medidas que buscam quantificar até que ponto os meios desempenham satisfatoriamente suas funções a fim de se atingir a eficácia.

A partir de dados extraídos dos demonstrativos contábeis e de outros dados complementares, de natureza interna, mas também disponíveis na Contabilidade, deve-se levantar indicadores nesses dois sentidos:

- mensuração da eficiência; e
- mensuração da eficácia.

A eficiência mostra a racionalidade com que os recursos foram utilizados.

A eficácia é a medida dos resultados obtidos mediante a utilização dos recursos.

Os indicadores ou índices devem ser estabelecidos em função das atividades desenvolvidas pela entidade e em função de seus objetivos. Assim, o grau de atendimento da demanda, o grau de qualidade dos serviços prestados, o grau de satisfação do usuário, todos são passíveis de mensuração a partir da relação entre dados registrados pela Contabilidade.

O essencial para se chegar a resultados satisfatórios de análise é escolher adequadamente os dados a serem interrelacionados em função do que se deseja avaliar, ou seja, do objetivo da análise.

Dada a diversidade de funções exercidas pelas entidades públicas, a definição de indicadores deve ser específica, uma vez que os fatores básicos a serem considerados são os objetivos daquela entidade e as maneiras de se atingir aqueles objetivos.

Entretanto, a natureza diversificada de funções não deve servir de pretexto para esquivar-se da busca de mensuração, análise e interpretação dos resultados sociais obtidos.

15 CONCLUSÃO

A Análise de Balanços surgiu e desenvolveu-se com o objetivo de transformar os dados divulgados pela Contabilidade em informações passíveis de análise e interpretação.

Os primeiros usuários foram os bancos, sendo a análise de balanços um suporte essencial ao processo de tomada de decisão daqueles.

Com o desenvolvimento das técnicas de análise e com a melhoria na qualidade dos dados gerados pela Contabilidade outros setores adotaram a análise de balanços como importante instrumento gerencial.

O setor público, por excelência, tem o dever de divulgar com a máxima transparência possível, os resultados da gestão dos recursos públicos. Entretanto, os dados de per si, como são apresentados, acabam se tornando inúteis face à dificuldade de sua compreensão.

Entendemos que a metodologia de análise já desenvolvida para o setor privado, com algumas adaptações, pode ser aplicada, com muito proveito, sobre os dados gerados pela Contabilidade Pública.

As prestações de contas, assim como outros relatórios gerados pelo setor público, serão melhor compreendidos e terão maior utilidade se acompanhados de análise e interpretação e não simplesmente dados.

A partir dos conceitos aqui expostos esperamos sensibilizar os profissionais que militam no setor público quanto à importância dessa ferramenta gerencial, não só como instrumento de gestão da coisa pública como também meio de comunicação do Estado com o seu povo.

16 BIBLIOGRAFIA

- BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BIO, S. R. *Sistemas de informação: um enfoque gerencial*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BRASIL. *Lei 4.320 de 17 de março de 1964*.
- . *Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976*.
- . *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.
- CRUZ, F. *Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público*. Rio de Janeiro, 1988.
- FIPECAFI. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- FRANCO, H. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- IUDICIBUS, S. *Análise de balanços*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- MATARAZZO, D. C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- PISCITELLI, R. B., et al. *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. São Paulo: Atlas, 1992.
- SÁ, A. L. *Curso superior de análise de balanços*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1977.
- . *Aspectos contábeis no período da inconfidência mineira*. Ouro Preto: ESAF, Casa dos Contos, 1980.
- . *Teoria geral do conhecimento contábil*. Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.